



Genildo Magalhães/Agência Senado



Vera (Abong), Carvalho Neto (TCU), senador Rollemberg e Sant'Ana (governo) no debate na CMA

Debatedores pedem transparência em convênios entre governo e ONGs

Novo marco legal para parcerias entre poder público e organizações não governamentais, previsto em projeto de Aloysio Nunes

Ferreira, foi debatido com representantes de ONGs, do governo federal e do TCU. Necessidade de facilitar fiscalização é consenso. **3**

Comissão pode votar relatório preliminar do Orçamento hoje

Texto inicial do relator, Romero Jucá, deve ser apreciado até amanhã pela CMO; ele só aceitou uma das mais de 120 emendas apresentadas

A análise da proposta de Orçamento federal para 2013 está prestes a dar mais um passo no Congresso. Entre hoje e amanhã, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará o relatório preliminar do senador Romero Jucá

— espécie de regra para a apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 24/12. Das emendas apresentadas, Jucá aceitou apenas uma, a que flexibiliza o uso de recursos originalmente previstos como exclusivos da saúde. **6**



Encarte mostra o perfil legislativo após eleição

Publicação analisa como fica a divisão de forças nas câmaras de vereadores a partir de 2013.

Texto final do relator da CPI do Cachoeira, a ser apresentado dia 20, já tem mais de mil páginas **7**

Comissão que apura violência contra mulher ouve hoje autoridades de Mato Grosso do Sul **4**

Para promotor de Justiça, lacunas na lei dificultam a punição de envolvidos em casos de adoção ilegal **5**



Neves Amorim fala na abertura da Semana de Conciliação, observado por Ayres Britto (D)

Conciliação agiliza processos na Justiça

Semana nacional de mutirão para acordos nos tribunais termina amanhã, mas continuam durante o ano todos os esforços para ajudar a desafogar o Judiciário

brasileiro, que tem 90 milhões de ações tramitando. Congresso colabora com projetos de reforma de códigos processuais, como o Civil, que pode ser votado hoje. **8**

Como acesso as informações do Senado em dados abertos?

Fique sabendo



- 1 Acesse o QR Code acima ou www.senado.leg.br/transparencia
- 2 No final da página, no banner **Dados Abertos**, clique em "Legislativo", "Orçamentário" ou "Administração do Senado"

Dados Abertos é Senado Transparente

Informações públicas sobre o processo legislativo, orçamento e a respeito dos atos administrativos do Senado Federal estão disponíveis em dados abertos. Isso significa que qualquer um pode reorganizar e filtrar as informações como desejar, de forma simples, por meio de computador.



Revista *Em Discussão!* é lançada na Feira do Livro de Porto Alegre

Produzida pela equipe do **Jornal do Senado**, edição debate violência no trânsito de motos, que mata quase 15 mil pessoas por ano no país

A 13ª EDIÇÃO da revista *Em Discussão!*, sobre a violência no trânsito de motocicletas, foi lançada no sábado durante a 58ª Feira do Livro de Porto Alegre. A senadora Ana Amélia (PP-RS) entregou exemplares da publicação — produzida pela equipe do **Jornal do Senado** — ao público do evento e a representantes de entidades de motociclistas, além de autoridades e especialistas ligados ao trânsito.

— A revista apresenta o problema de maneira completa, rompendo com preconceitos e apontando medidas que podem reduzir o número de mortos, que hoje chega a quase 15 mil pessoas por ano em todo o país — afirmou.

Segundo a senadora, o problema passa pela deficiência do sistema de transporte público no Brasil, caro e ineficiente, que leva as pessoas a aderirem à motocicleta, meio de transporte que registra o maior número de mortes no trânsito brasileiro.

— [A revista] é o melhor e maior panorama de ideias, dados e aspectos da questão



Senadora Ana Amélia (E) entrega exemplares da publicação na feira: "Revista apresenta o problema de maneira completa"

complexa das motocicletas no Brasil. Leitura obrigatória e excelente contribuição neste momento de posse de milhares de novos gestores municipais, que estarão em busca de alguma pista de como lidar com o problema sobre duas rodas — disse o sociólogo Eduardo Biavati, que esteve presente ao evento, realizado

na Praça da Alfândega, em Porto Alegre.

A revista também foi entregue por Ana Amélia ao presidente do Sindicato das Empresas de Telesserviços e Entregas Rápidas do Rio Grande do Sul (Setser-RS), Luiz Carlos Mello, e ao consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Sérgio

Luiz Perotto. Ambos estiveram presentes ao seminário realizado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado em 13 de setembro. O debate serviu como base para a elaboração das reportagens.

A 13ª edição de *Em Discussão!* tem 80 páginas e pode ser encontrada no site www.senado.leg.br/emdiscussao.

Coleta no Senado estimula doação de sangue

O Senado lançou ontem a Campanha de Doação de Sangue 2012 — Senado Solidário, antecipando-se ao Dia Nacional do Doador Voluntário, 25 de novembro. Além da conscientização por meio de material informativo e da mobilização para arregimentar novos doadores, foi feita uma parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília para a montagem de um posto de coleta itinerante no Senado.

Nos dias 20 e 21 de novembro, a coleta poderá ser feita mediante cadastro prévio nas instalações da Secretaria de Atendimento Médico e Social (Sams) e o Senado oferecerá transporte de ida e volta para a sede do Hemocentro.

Com a meta de arrecadar o maior número possível de doações, foram disponibilizadas 160 bolsas de coleta para a parceria: 80 no Senado e 80 no Hemocentro. Outro objetivo é estimular o público a atuar como disseminador, incentivando mais pessoas a doar.

Durante a abertura da campanha, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, fez um apelo para que as pessoas participem. Ela alertou que o Hemocentro precisa de 250 bolsas de sangue por dia para oferecer o mínimo necessário de atendimentos.



"É uma atitude simples e discreta, como costumam ser iniciativas valiosas", diz a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto

Doris lembrou que a Fundação Hemocentro recebeu a certificação ISO 9001:2008 como indicador da qualidade dos serviços prestados. Ela citou a legislação que incentiva os doadores, mas destacou que o importante é lembrar que a atitude salva vidas.

— Não há nada de heroico neste gesto. É uma atitude simples e discreta, como costumam ser iniciativas valiosas, éticas e politicamente corretas.

Realizada desde 2005 pelo Serviço de Qualidade de Vida, neste ano a campanha passa

a integrar o Senado Solidário, uma série de ações voltadas ao estímulo do voluntariado e da filantropia.

Para doar sangue, é preciso gozar de boa saúde, pesar mais de 50 quilos, ter entre 16 e 67 anos e estar se sentindo bem. Entre as recomendações, estão ter dormido pelo menos 6 horas, não ter ingerido bebida alcoólica (por 24 horas) nem gordura (por 3 horas) antes da coleta. O doador não pode estar em jejum e deve evitar fumar nas duas horas que antecedem a doação.

Não podem doar sangue pessoas que tiveram hepatite depois dos 10 anos de idade ou estão expostas a doenças transmissíveis pelo sangue. Grávidas ou mulheres que estejam amamentando, usuários de drogas e pessoa que teve relações sexuais com múltiplos parceiros nos últimos 12 meses também não podem ser doadores.

Os candidatos à doação são orientados pelo Hemocentro. Recebem um pequeno lanche antes da coleta e outro mais reforçado depois.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Precatório

14h Na pauta, prazo maior para adesão ao regime especial de precatórios.

PRESIDÊNCIA: Joaquim Barbosa

11h Sarney recebe Joaquim Barbosa, presidente eleito do STF. Às 16h, preside a ordem do dia. Depois, participa do lançamento do Programa Mais Irrigação, no Planalto. Às 19h, vai à posse de Henrique Neves da Silva no TSE.

CAE: Doação a universidade

10h Comissão analisa projeto que permite a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda, das doações a instituições públicas de ensino superior.

CE: Copa do Mundo

11h Em análise, projeto que define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014, entre outras medidas.

CMA: Política nacional

11h30 Entre os 15 projetos com decisão terminativa, a comissão analisa o que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o que aprimora o direito à informação sobre as condições de utilização dos serviços pré-pagos.

CMMC: Planos setoriais

14h Audiência debate os planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima. Será abordado, entre outros, o Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação.

CPI DA MULHER: Campo Grande

14h A comissão que investiga a violência contra a mulher realiza debate em Campo Grande com o secretário Wantuir Jacini (Segurança Pública) e o presidente do Tribunal de Justiça, Hildebrando Coelho Neto.

CPI DO TRÁFICO: Requerimentos

14h Comissão que investiga tráfico nacional e internacional de pessoas analisa requerimentos.

RIO SÃO FRANCISCO: Transposição

14h30 Eleição do presidente e do vice-presidente da comissão especial externa que acompanhará as obras da transposição do Rio São Francisco.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Fiscalização de verba para ONG deve ser facilitada, afirmam debatedores

Audiência pública na CMA discutiu ontem o projeto que regulamenta a parceria entre governo e organizações não governamentais

O NOVO MARCO legal para as parcerias entre o poder público e as organizações não governamentais (ONGs) deve conter normas que facilitem a fiscalização do uso que as entidades fazem da verba pública.

A transparência, que permite o combate de desvios, foi consenso entre participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os senadores discutiram com especialistas o PLS 649/11, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que define um regime jurídico para regular as diferentes modalidades de parceria entre os governos federal, estaduais e municipais

e as entidades privadas sem fins lucrativos.

— O que se propõe é tornar os instrumentos mais simples e, ao mesmo tempo, mais fáceis de serem acompanhados e fiscalizados. A ampliação da transparência e a adoção de chamadas públicas para seleção de projetos já contribuirão para reduzir as irregularidades nas relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil — afirmou o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que também é relator da proposta na comissão.

Vera Maria Masagão Ribeiro, diretora da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), disse que a nova lei vai favorecer

entidades sérias e comprometidas com a população, ajudando a recuperar a confiança da sociedade na colaboração público-privada, “abalada por escândalos envolvendo organizações inescrupulosas”.

Convênios

A abrangência da proposta foi elogiada pela diretora da Abong. No entanto, ela apontou a inadequação dos instrumentos previstos para formalizar a relação do governo com as entidades da sociedade civil.

Conforme explicou, as regras em vigor possibilitam às ONGs firmar convênios ou contratos de parceria nos mesmos moldes usados para repasse de verbas da União

para prefeituras e governos estaduais.

— O conceito se limita à prestação de serviços públicos, o que é importante ser regulado, mas sem restringir as organizações da sociedade civil apenas como braços executores de políticas governamentais, pois são órgãos autônomos da sociedade — disse Vera Ribeiro.

Diogo de Sant’Ana, chefe da Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, apontou o esgotamento no uso de convênios.

Rollemberg informou que deverá propor uma emenda prevendo um mecanismo para formalizar a relação entre o poder público e as organizações sem fins lucrativos.

Rollemberg critica contrato do DF para gestão do lixo

O governo do Distrito Federal, na opinião de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afrontou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, expressa na Lei 12.305/10, ao entregar a uma empresa privada o monopólio dos resíduos sólidos locais pelo prazo de 30 anos, renovável por mais 5, sem deixar claro o papel a ser desempenhado pelos catadores de material reciclado da Cidade Estrutural.

— O valor do contrato, de R\$ 11,7 bilhões, é um patamar não alcançado sequer pela parceria de reurbanização da zona portuária do Rio de Janeiro, considerada a maior do país. E tudo indica que a opção foi a de não incluir os catadores na modelagem, o que não dá para se pensar. Eles prestam serviço público há décadas realizando coleta de material nas cooperativas, que repassam às usinas de reciclagem — disse.

Em recente protesto contra a parceria público-privada (PPP), destacou o senador, uma das cooperativas locais fechou o lixão por dez dias, provocando um acúmulo de 80 mil toneladas de lixo.

Rollemberg afirmou que o governo está privilegiando a contratação de um serviço que verticaliza a atividade de limpeza urbana e institui um monopólio, em vez de optar por alternativas que incentivem a concorrência periódica, com a contratação de serviços mais baratos e de melhor qualidade.

O senador disse ainda que há indefinições sobre os investimentos incluídos na parceria, que depende de estudo e projeto a ser realizado em parceria com a Universidade de Brasília. Está prevista a construção do Aterro Oeste, no primeiro semestre de 2012, e do Aterro Norte, ainda sem licença ambiental, a um custo total de R\$ 134 milhões.



No debate, Vera Masagão Ribeiro, da Abong; Antonio de Carvalho Neto, do TCU; senador Rodrigo Rollemberg; e Diogo de Sant’Ana, da Presidência da República

TCU diz que organizações com contas pendentes não devem ser punidas

O representante do Tribunal de Contas da União (TCU) na audiência pública, Antonio Alves de Carvalho Neto, posicionou-se contra a regra prevista no projeto de lei que impede novas parcerias quando a ONG está com a prestação de contas pendente.

Para ele, a pendência na análise das contas muitas vezes é responsabilidade do

órgão público que faz a análise final da parceria. Assim, não seria justo punir a entidade pela demora do Estado em cumprir as atribuições que lhe cabem.

— Há ministérios e órgãos repassadores de recursos com estoque das prestações de contas com idade média de 16 anos — exemplificou Alves, ao citar levantamentos feitos pelo TCU.

Especialista pede fim da contrapartida financeira exigida de entidade privada

Um dos consensos na audiência de ontem foi a inadequação da exigência de contrapartida financeira como condição para a aprovação de um projeto de parceria com o governo.

Para Diogo de Sant’Ana, da Secretaria-Geral da Presidência da República, muitas entidades que atendem a população não têm como apresentar contrapartida

financeira, o que as deixaria sem receber repasses.

De acordo com Vera Maria Ribeiro, da Abong, a capilaridade no território e o compromisso com as causas sociais deveriam ser as contrapartidas exigidas dessas entidades.

A opinião foi compartilhada pelo representante do TCU, Antonio Alves de Carvalho Neto.

Comissão discute indústria, siderurgia, mineração e mudanças climáticas

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas realiza hoje mais discussão sobre os planos setoriais de mitigação e adaptação elaborados pelo governo como parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A comissão discutirá o Plano de Redução de Emissões da Siderurgia; o Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação; e o Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono.

Devem compor a mesa do debate

representantes dos Ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento, além de um acadêmico. A reunião será na sala 9 da Ala Alexandre Costa a partir das 14h.

Os planos foram elaborados em uma ação interministerial, sob orientação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Representantes dos setores produtivos e da sociedade civil também participaram do processo. Os planos passaram por consulta pública.

CMA lança livro sobre seminário Água e Transdisciplinaridade

A CMA e o Centro de Estudo Transdisciplinar da Água (CET-Água) lançam hoje, às 20h, os anais do 1º Seminário Internacional Água e Transdisciplinaridade: para uma ecologia de saberes.

O livro reúne palestras de especialistas brasileiros e estrangeiros que participaram do encontro realizado durante três dias, no Senado e no Museu da República, no final do ano passado.

O trabalho aborda os desafios da preservação e a resolução dos conflitos ambientais, sociais e econômicos

que podem tornar a água um produto escasso. Os pesquisadores que participaram do seminário defenderam o uso sustentável da água e promoveram uma reflexão sobre os modelos de gestão no que diz respeito ao desafio da preservação da biodiversidade.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da comissão, participará do lançamento da publicação, que acontece no Centro de Excelência em Turismo (CET), no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB).

CPI da Violência contra a Mulher faz audiência em Campo Grande

Desde ontem, parlamentares visitam órgãos especializados, ouvem indígenas, movimentos sociais e autoridades, em Mato Grosso do Sul

A CPI MISTA que investiga a violência contra a mulher iniciou ontem intensa programação de trabalho em Campo Grande. As atividades se encerram com uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, hoje, a partir das 14h.

O estado ocupa o quinto lugar do país em número de homicídios de mulheres. A cada 100 mil mulheres de Mato Grosso do Sul, 6 são vítimas de assassinato, taxa acima da média nacional, que é de 4,4 a cada 100 mil.

A programação foi aberta ontem pela manhã, com uma audiência com o governador do estado, André Puccinelli. Em seguida, a comissão iniciou diligências em órgãos especializados de atendimento à mulher. Foram visitados o Centro de Referência, a Delegacia da Mulher e, ainda, a Vara e a Promotoria de Violência contra a

Mulher. À noite, houve reunião com o movimento de mulheres.

Para a manhã de hoje está prevista uma reunião com mulheres indígenas. À tarde, às 13h, haverá uma entrevista coletiva com a imprensa na assembleia legislativa. A partir das 14h, no auditório da assembleia, será realizada audiência pública para ouvir gestores públicos e representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Comissão

Em funcionamento no Congresso desde fevereiro, a CPI tem como objetivo investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão do poder público. A comissão é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e

tem na relatoria a senadora Ana Rita (PT-ES). A vice-presidente é a deputada Keiko Ota (PSB-SP). A CPI já esteve no Espírito Santo (estado com a maior taxa de homicídios do país, 9,4 mulheres a cada 100 mil) e em Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Paraná, São Paulo, Bahia, Paraíba e Distrito Federal.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres de 15 a 44 anos no mundo. Segundo Ana Rita, o Brasil é o sétimo país onde mais mulheres são mortas. Nos últimos 30 anos, foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década.

— O lar, doce lar não é mais seguro: quase 70% dos homicídios ocorrem dentro de casa e são praticados pelos cônjuges — afirmou.

Projeto que exige presença do pai na escola do filho pode ser analisado hoje

A Comissão de Educação (CE) pode examinar hoje projeto de lei (PLS 189/12) que estabelece penalidades aos pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas para acompanhar o desempenho dos filhos.

A matéria, a ser apreciada em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem como relator João Capiberibe (PSB-AP), favorável à proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O projeto institui a presença obrigatória dos pais nas escolas pelo menos uma vez a cada bimestre. O comparecimento pode ser entendido como presença a reuniões de pais e mestres ou diálogo individual com os professores.

Quem descumprir a obrigação ficará impedido de se inscrever em concurso público, receber salário ou proventos de emprego público, participar de concorrências públicas, obter empréstimos em bancos federais ou estaduais, obter passaporte e carteira de identidade e renovar matrícula em escola pública ou privada.

A CE deverá examinar também, neste caso em caráter terminativo, o PLS 103/12, que assegura somente a profissionais qualificados o ensino de educação física.

A proposta é de Ivo Cassol (PP-RO) e tem como relator Benedito de Lira (PP-AL), favorável ao projeto.

Cristovam volta a defender aplicação dos recursos do pré-sal em educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem esperar que os recursos dos royalties do petróleo da camada pré-sal sejam investidos na educação.

O senador mencionou o projeto que apresentou com o ex-senador Tasso Jereissati que direcionava os recursos do pré-sal para um fundo com rentabilidade permanente e destinado à educação.

— O pré-sal pertence às crianças, não a nós adultos — afirmou.

Ele propôs que os recursos do pré-sal sejam distribuídos a estados e municípios proporcionalmente ao número de crianças na escola, o que, segundo ele, beneficiaria o Rio de Janeiro por ser o segundo estado com maior população estudante.

Cristovam citou artigo de Vinicius Torres Freire publicado na edição de domingo da *Folha de S.Paulo* com críticas ao governo federal por ter colocado a educação em segundo plano e denunciando a insustentabilidade de um modelo econômico dependente de bens primários.

— E olhe que o estudo não mostra o que a indústria de fato cria. Se colocasse o que é criado aqui, acho que nem primário seríamos — concluiu o senador.



Senadora Ana Rita (E) conversa na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campo Grande com mulheres à espera de atendimento

Mozarildo critica Funai por nunca ter tido um presidente indígena

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o fato de a Fundação Nacional do Índio (Funai) jamais ter tido um indígena na presidência. Em pronunciamento em Plenário, ele argumentou que a Secretaria de Política para as Mulheres não é comandada por um homem e a pasta que cuida das questões raciais não é dirigida por “um branco de olhos azuis”.

— Muitos presidentes da Funai são preparados, mas têm pouco contato com a realidade indígena — disse.

O senador afirmou que muitas ONGs e autoridades conhecem pouco a realidade dos índios. Ele contou que, como médico, trabalhou para a Igreja Católica em uma missão voluntária entre aldeias e, por isso, conhece os índios por ter tido contato com eles e não “apenas por filmes ou revistas”.

— Muito mais do que terra, o índio quer ter melhores condições de vida — afirmou.

O senador lamentou o fato de o governo federal ainda estar trabalhando na demarcação de reservas e disse que o prazo constitucional para isso era de cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988.

Mozarildo citou pesquisa do Datafolha segundo a qual 30% dos índios dizem que o principal problema deles é o acesso a tratamentos de saúde, enquanto 16% apontam a falta de emprego e 12% indicam a alimentação precária.

Definição de novos crimes para a Copa do Mundo será votada hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar hoje o PLS 728/11, que define crimes como terrorismo e falsificação de ingressos, para aumentar a segurança da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). O projeto também prevê regras para acelerar processos e para greves antes e durante os eventos. Depois da CE, o texto será analisado em mais quatro comissões do Senado.

Os autores do projeto — Walter Pinheiro (PT-BA), Ana Amélia (PP-RS) e o senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) — ressaltaram a necessidade de complementar a Lei Geral da Copa, sancionada em junho. No relatório, Ana Amélia retira capítulo sobre direito de greve, por entender que qualquer restrição seria inconstitucional.

Um dos pontos principais da proposta é a tipificação do crime de terrorismo. A relatora destaca não haver definição jurídica a respeito do tema, apesar de o Brasil já ter ratificado tratados internacionais que consideram certos atos como terrorismo. De acordo com o projeto, quem “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico ou xenóforo” poderá ser condenado a prisão de 15 a 30 anos. Caso o crime seja contra algum bem, a reclusão poderá ser de 8 a 20 anos.

O texto define outros sete tipos penais: ataque a delegação; violação de sistema de informática, falsificação de ingresso, revenda ilegal de ingressos, falsificação de credencial, doping nocivo e venda fraudulenta de serviço turístico. Também institui regras processuais especiais para as ações ajuizadas com base na nova legislação. A competência pelos casos será da Justiça Federal.



Senador cobra contato com índios



Pedro Franco/Agência Senado

Falhas na lei dificultam punição em casos de adoção ilegal, diz promotor

Em audiência da CPI do Tráfico de Pessoas, em Salvador, Lídice informa que propôs sugestões sobre o tema para o novo Código Penal

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA apresenta lacunas que dificultam punir envolvidos em adoções ilegais, observou o promotor de Justiça da Bahia, Luciano Ghignone, em audiência pública promovida em Salvador pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas. O debate foi motivado pela denúncia de adoções irregulares de crianças do sertão da Bahia.

Segundo o promotor, só há previsão de prática criminosa quando o caso envolve “paga financeira”, embora as adoções ilegais possam também ocorrer em outros contextos, inclusive quando se alega uma “problemática moral”, como alcoolismo dos pais, por exemplo, para justificar a retirada do poder familiar deles.

Em outubro, os trabalhos da CPI já estavam praticamente encerrados quando a imprensa divulgou que cinco crianças da mesma família foram retiradas dos pais, em Monte Santo (BA), para serem dadas à adoção em São Paulo. Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora e presidente da comissão, e o vice-presidente interino, Paulo Davim (PV-RN),



Luciano Ghignone (E) e os senadores Lídice da Mata e Paulo Davim, na Assembleia Legislativa da Bahia, analisam casos

decidiram, então, requerer novas audiências, para ampliar o relatório, entendendo que adoções ilegais são uma forma de tráfico de crianças.

Lídice informou que apresentou emenda ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/12) para sugerir que seja tipificado como crime o tráfico de pessoas para quaisquer finalidades. O atual código só classifica os casos para exploração sexual.

Ghignone descreveu as formas de abordagem utilizadas pelas quadrilhas para aproximação das famílias

das crianças. De acordo com o promotor, ao argumentar problemática moral para retirar crianças das famílias, ocorre uma “coisificação da vida humana”, como se os menores fossem “objetos”.

Representantes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca-BA) disseram que a culpabilização da família, por meio de acusações sobre a conduta moral dos pais, não deve ser motivo suficiente para justificar a retirada de crianças de seus lares. Eles pediram o retorno imediato

das crianças da Bahia para seus pais biológicos.

O ex-juiz de Monte Santo (BA) Vitor Manoel Xavier Bizerra, que concedeu a guarda provisória aos casais paulistas, não compareceu ao debate, mas enviou justificativa à CPI, colocando-se à disposição para depor em outra oportunidade. À Rede Globo, o atual juiz de Monte Santo, Luis Roberto Cappio, disse que está revisando os processos do caso e que encontrou “irregularidades que maculam as concessões de guarda”.

Lídice quer prisão preventiva de suposta intermediadora

A relatora da CPI do Tráfico de Pessoas do Senado, Lídice da Mata, pedirá a prisão preventiva de Carmem Kieckhofer Topschall, suspeita de intermediar adoções irregulares, convencendo ou forçando famílias pobres do interior da Bahia a abrir mão da guarda de seus filhos em favor de

casais de outros estados.

Carmem é acusada de arranjar novas famílias para cinco crianças, filhos de Silvânia Maria da Silva e Gerônimo de Brito Souza, do sertão da Bahia, entregues a casais de Indaiatuba (SP) e Campinas (SP), em maio do ano passado.

— É a segunda audiência para qual Carmem Topschall é convocada e não comparece. Então, a prisão dela torna-se necessária para que sejam esclarecidas as circunstâncias em que estas crianças foram levadas — declarou Lídice durante audiência da CPI.

Carmem não é encontrada

desde que foi entrevistada pela TV Globo, no início de outubro, na casa onde residia com os três filhos adotivos em Pojuca, na Região Metropolitana de Salvador, a mais de 350 quilômetros de onde as crianças foram levadas.

Na audiência de ontem, em Salvador, a deputada estadual e ex-prefeita de Pojuca Maria Luiza Laudano contou que Carmem se mudou para a cidade há oito anos para abrir uma empresa de beneficiamento e exportação de vísceras e chegou a treinar mais de 600 pessoas para o trabalho, que nunca foi executado.

Traumáticas

Também participaram do debate a defensora pública Laíssa Araújo e os advogados Isabella da Costa Pinto e Maurício Freire, que representam os pais biológicos das crianças.

— Não conseguimos entender por que, passado mais de um ano, essas crianças ainda não retornaram à Bahia. Por que hoje se fala de trauma do regresso delas aos pais biológicos se nada foi dito quando elas foram arrancadas deles à força? — questionou Isabella.

Casos semelhantes ocorrem no sertão da Bahia

O caso que fez a CPI do Tráfico de Pessoas reabrir a série de audiências públicas e adiar a apresentação do relatório final foi uma denúncia veiculada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 14 de outubro.

Os cinco filhos do casal baiano Silvânia e Gerônimo foram levados à força pela polícia por determinação judicial. Gerônimo ficou 25 dias preso por protestar contra a decisão e sua família teve de vender por R\$ 15 mil um imóvel avaliado em R\$ 65 mil para pagar a fiança. Uma menina de dois meses foi levada primeiro. Dias depois, a polícia levou os quatro meninos.

— Depois que o crime

afloresce, o próximo passo é desqualificar a vítima, e é o que está ocorrendo neste caso, quando dizem que o pai era alcoólatra e a mãe se prostituía — afirmou o senador Paulo Davim.

Para o advogado Maurício Freire, ainda que as acusações contra os pais fossem verdadeiras, não serviriam como justificativa plausível para a perda da guarda dos filhos.

— Não estamos falando de uma família desestruturada, apenas de pais que se separaram, mas que continuaram cuidando de seus filhos. São pobres, sim, mas não miseráveis. O que houve ali foi uma percepção elitista e preconceituosa, menosprezando a

família, entendendo que ela não teria condição de reagir social, política e juridicamente — opinou o advogado.

Para Maurício, o Ministério Público deveria fazer um mea-culpa institucional e admitir que não cumpriu seu papel.

Para o promotor Luciano Ghignone, o caso pode ser revertido a qualquer momento, já que se trata de guarda provisória, e não de adoção, que seria definitiva. Ele alertou, porém, para casos semelhantes ocorridos em outros municípios da região, como Euclides da Cunha, Cansanção e Canudos.

— A situação daquela família é gravíssima, mas não é a única — alertou.

Anibal comemora números do Programa Bolsa Família

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou ontem os resultados obtidos pelo governo com o Bolsa Família,

iniciado em 2003. Em pronunciamento em Plenário, ele disse que, em menos de uma década, o programa mudou a vida de milhões de brasileiros.

— Com nove anos de funcionamento, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que chega hoje a 13,7 milhões de famílias e beneficia diretamente cerca de 50 milhões de pessoas.

O senador afirmou que, ao contrário do que apregoavam os críticos sobre a transferência de renda como um incentivo à preguiça, os dados do Bolsa Família mostram que aqueles que recebem o benefício trabalham e lutam para melhorar a vida dos filhos.

Anibal ressaltou a importância do programa para a geração de empregos, para o combate à evasão escolar e para a saúde das crianças.

Jarbas Vasconcelos destaca os 60 anos de fundação da ESPM

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) saudou, em pronunciamento ontem, os 60 anos de criação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e disse que a instituição é um exemplo de “obstinação, dedicação e fé na educação brasileira de nível superior”.

O senador ressaltou que, em 1951, poucas pessoas vislumbravam que o Brasil se tornaria um dos maiores mercados globais de propaganda, com a obtenção de prêmios mundo afora e a consagração de seus profissionais.

A criação da escola, lembrou, foi obra do escritor e publicitário Rodolfo Lima Martensen, com apoio de Pietro Maria Bardi, fundador do Museu de Arte de São Paulo (Masp), e de Assis Chateaubriand, magnata do ramo das comunicações.

Em 1971 a instituição foi reconhecida pelo Ministério da Educação e em 1978 começou a oferecer cursos de pós-graduação.



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Comissão vota hoje ou amanhã relatório preliminar do Orçamento

Análise do texto de Jucá agiliza exame do projeto orçamentário para 2013; das 127 emendas apresentadas, relator acatou uma

O EXAME DO projeto do Orçamento da União para 2013 deverá ganhar um novo impulso esta semana, com a votação do relatório preliminar apresentado pelo relator-geral, Romero Jucá (PMDB-RR).

A deliberação sobre o relatório preliminar — que é uma espécie de regra para a apreciação do projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 24/12) — está prevista para hoje ou amanhã na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Das 127 emendas apresentadas pelos parlamentares, o senador acolheu apenas 1, do deputado Edinho Araújo (PMDB-SP).

Originalmente, o relator-geral fixou em R\$ 15 milhões o limite global de emendas por mandato parlamentar, dos quais R\$ 2 milhões deveriam destinar-se à saúde pública. Edinho propôs a alocação dos R\$ 2 milhões no Ministério da Saúde e no orçamento da Seguridade Social.

A intenção é permitir o uso dessa verba em outras atividades não contempladas na Lei Complementar 141/12, que define o que é

investimento em ações de saúde pública. Na prática, a emenda flexibiliza a destinação desses R\$ 2 milhões, para abarcar ações de seguridade social.

Etapas

A partir da aprovação do relatório preliminar, abre-se a etapa de emendas por senadores e deputados, limitadas ao total de R\$ 15 milhões por parlamentar.

O passo seguinte é a análise, pelos relatores setoriais, das dez áreas temáticas do Orçamento. Cada um deles avalia o projeto encaminhado pelo Executivo, analisa as emendas apresentadas e elabora o respectivo relatório setorial, com conclusões e pareceres.

Com a aprovação dos relatórios setoriais, o relator-geral os consolida num documento único, o relatório geral, que será submetido à Comissão Mista de Orçamento e ao Plenário do Congresso Nacional.

A etapa final é a sanção da presidente da República, que transformará o projeto na Lei Orçamentária Anual (LOA).



Jucá é autor do relatório preliminar que está sendo examinado na Comissão de Orçamento

Ana Amélia aponta redução de verba federal nas prefeituras

Ana Amélia (PP-RS) disse que as finanças da maior parte dos municípios estão em situação crítica. A senadora explicou que a alta dívida das prefeituras teve origem na queda da transferência federal via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Para a maioria dos municípios de até 5 mil habitantes, a principal fonte de receita é o FPM. Eles não têm IPTU, não têm outros impostos, outra arrecadação, a não ser o fundo — afirmou.

Ana Amélia disse que as prefeituras estão cortando pessoal e serviços, na tentativa de pagar as dívidas. Para ela, se não houver uma ajuda imediata do governo federal, 395 prefeitos no Rio Grande do Sul terão que deixar débitos para os sucessores e se transformarão em fichas-sujas, por não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Nacionalmente, 3 mil prefeitos ficarão com a ficha suja, simplesmente porque no meio do jogo houve queda substancial da receita, provocada pelas medidas do governo federal.

Tomás afirma que IPI reduzido tirará R\$ 150 mi de Rondônia

Tomás Correia (PMDB-RO) afirmou que o governo de Rondônia tem tentado compensar as perdas de arrecadação dos municípios com “fortes investimentos”, especialmente em infraestrutura de transportes e em programas sociais.

Ele disse que o governo de Confúcio Moura complementa com valores entre R\$ 30 e R\$ 150 os benefícios do Bolsa Família recebidos por 17.700 famílias rondonienses que se encontram abaixo da linha de pobreza. O programa se chama Bolsa Futuro.

Segundo o senador, o estado e os municípios de Rondônia deixarão de receber R\$ 150 milhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE) neste ano. O decréscimo, afirmou, é ocasionado principalmente pelas isenções de IPI que o governo federal tem promovido nos últimos anos.



Lio de Paulo/Agência Senado

Jucá quer Fundo de Participação dos Estados aprovado logo

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ontem aos líderes dos partidos e ao presidente do Senado, José Sarney, que votem ainda este mês temas emergenciais, como as novas regras do FPE.

O parlamentar lembrou que no ano que vem serão destinados R\$ 50 bilhões aos estados por meio do fundo, mas que ainda não existe uma nova fórmula de cálculo para o repasse.

— Não podemos deixar esta semana vencer sem termos uma definição da data da votação [desse projeto] aqui no Plenário do Senado — afirmou.

O senador propôs uma reunião com o relator, Walter Pinheiro (PT-BA), para “fechar um texto e um calendário” e dar condições à Câmara dos Deputados de tratar do projeto em dezembro.

Jucá disse que a agenda de votações deve priorizar a repactuação das dívidas do INSS.

Limitação da taxa de juros dos empréstimos consignados será analisada

A taxa de juros dos empréstimos consignados em folha de pagamento não deve exceder em cinco pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (Selic). É o que prevê um projeto de lei que será votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 300/05 é de Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, o sistema de desconto do empréstimo em folha deve ser aprimorado.

Paim também considera muito altas as atuais taxas de juros cobradas pelos bancos, classificadas por ele de “exploração dos aposentados”.

O relator do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC), é favorável à aprovação. O texto tramita em caráter terminativo.

A CAE ainda vai debater dois projetos que tratam de deduções no Imposto de Renda (PLSs 566/11 e 230/11). Outra proposta a ser apreciada é o requerimento para que o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, compareça ao Senado para falar dos recentes apagões no país.

Polícia Federal poderá apurar venda interestadual de remédios falsificados

Caberá à Polícia Federal (PF) apurar os crimes de repercussão interestadual que envolvam falsificação e adulteração de medicamentos, incluindo a venda pela internet. É o que estabelece o projeto de Humberto Costa (PT-PE) que será votado amanhã, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor do projeto (PLS 368/11) argumenta que a Polícia Federal tem enfrentado um “cenário de incerteza jurisprudencial” sobre a competência para investigação desses crimes desde que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu só reconhecer o interesse da União quando houver indícios de delito internacional.

Pela proposta, a falsificação e a venda irregular de medicamentos pela internet passam a ser incluídas na Lei 10.446/02, que autoriza a atuação da Polícia Federal para investigar crimes que apresentem repercussão interestadual.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Collor acusa Gurgel de vazamento de depoimento de Marcos Valério

Fernando Collor (PTB-AL) voltou ontem a criticar o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a quem chamou de “prevaricador”. Segundo o senador, Gurgel teria vazado à revista *Veja* informações sigilosas do depoimento que o publicitário Marcos Valério teria prestado ao Ministério Público em setembro, e que teria rendido a matéria que estampou capa da publicação no mesmo mês.

— Sua conduta [de Gurgel] cada vez mais o revela como mais um membro pernicioso de uma quadrilha arraigada com a imprensa marrom, especialmente pela preferência e acertos escusos dele com ‘chumbetas’ de *Veja*, sempre ela — disse Collor, que afirmou que a entrevista de Valério não existiu.

Para o senador, não é à toa que até agora a revista não tenha mostrado as gravações da entrevista, mesmo depois de o advogado do publicitário, Marcelo Leonardo, ter negado as declarações do cliente.

— O vazamento de informações sigilosas, isso a revista não pode assumir, muito menos de quem partiu. Por isso, prefere continuar mentindo.

Collor disse que o vazamento de informação sigilosa, se confirmado, pode ser punido com pena de até 6 anos de reclusão. Ele também acusou Roberto Gurgel de perseguição ao membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Luiz Moreira ao tentar impedir a recondução dele ao cargo, “inclusive com o uso de dossiês falsos e documentos apócrifos”.



Para senador, entrevista do publicitário à *Veja* não existiu



Senador Vital do Rêgo (2º à dir.), presidente da CPI, conduz reunião ao lado do relator, deputado Odair Cunha (D)

CPI do Cachoeira aguarda relatório final para dia 20

Documento já tem mais de mil páginas, segundo o relator, deputado Odair Cunha. Em blog, ele informou que vai pedir o indiciamento de todos os depoentes que ficaram em silêncio na comissão

O DEPUTADO ODAIR Cunha (PT-MG), relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos e empresas, deve apresentar o relatório final no dia 20 de novembro, próxima terça-feira. A CPI não fará mais reuniões para ouvir testemunhas ou aprovar requerimentos.

Por meio de seu blog, Odair antecipou que o relatório já possui mais de mil páginas e “será bastante contundente”. Ele informou que pedirá o indiciamento dos depoentes que se recusaram a falar na comissão de inquérito.

O deputado disse que analisou 69.694 páginas referentes a sigilos bancários, 45.594 de extratos de ligações telefônicas e 11.333 sobre quebras de sigilo fiscal de 75 pessoas físicas e jurídicas.

Mais de 600 requerimentos não analisados poderão ser entregues ao Ministério Público

Depois de apresentado o relatório, haverá sessões para leitura, discussão e votação do documento. Nessa fase, pode haver concessão de vista pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, conforme o Regimento Interno do Senado, que permite o voto em separado aos integrantes da comissão que não concordarem com o relator.

Requerimentos

Mesmo sabendo que não terão os pedidos apreciados, os parlamentares continuam apresentando requerimentos à comissão. Agora já são 638, entre solicitações de

convocações, de informações e de quebras de sigilo.

O mais recente deles foi apresentado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), na quarta-feira, para saber detalhes sobre operações bancárias e depósitos feitos por uma empresa apontada como “laranja” da Delta Construções.

Segundo Odair Cunha, todo o material deve ser encaminhado ao Ministério Público para uma possível continuação das investigações.

Também serão enviados sigilos fiscais, telefônicos e bancários que não foram analisados, além de documentos já solicitados pela comissão que ainda não chegaram ao Congresso.

Já está com o Ministério Público representação de parlamentares do PSDB pedindo o prosseguimento das investigações sobre o envolvimento da Delta com o esquema do contraventor goiano.

Comissão vota criminalização de jogos de azar on-line

Amanhã, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota um projeto de lei que define como crimes a facilitação da exploração de jogo de azar por computador e a autorização para pagamento de crédito ou aposta (PLS 255/09).

O projeto, do senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), tramita em conjunto com outro (PLS 121/08),

de Magno Malta (PR-ES), que proíbe que as empresas de cartões de pagamento autorizem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via internet.

A matéria também será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, em decisão terminativa, de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

Na reunião de amanhã, a comissão deve apreciar o PLS 231/12, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que institui o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas, com a finalidade de apoiar projetos de pesquisa e empreendimentos correlatos na área. A matéria tem voto favorável do relator, Sérgio Souza (PMDB-PR).

Alvaro cobra governo sobre verba para jornal que não existe

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que encaminhará um requerimento à Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República para obter informações sobre os gastos com publicidade em 2011 e 2012. O senador disse que solicitará uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nesses contratos.

Os pedidos vêm após a denúncia publicada pela *Folha de S.Paulo* de que o governo destinou verbas a jornais que não existem. As publicações citadas são vinculadas à Laujar, com sede em São Bernardo do Campo (SP), cidade classificada pelo parlamentar como “a origem do PT”.

— Tudo indica tratar-se de uma empresa-fantasma para o desvio de recursos públicos. É importante saber quem são os beneficiados — afirmou.

Segundo a *Folha de S.Paulo*, os cinco jornais beneficiados pela Secom não existem em bancas da região. Os exemplares enviados como prova da publicação seriam forjados.

Para o parlamentar, apesar de a oposição ser “minúscula” no Brasil, a corrupção no governo seria maior sem ela.

O senador lembrou o fato de o mensalão, que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), envolver justamente recursos destinados à publicidade. De acordo com Alvaro, não basta que os mensaleiros sejam condenados. É preciso combater o sistema que dá origem a esse tipo de escândalo.



Alvaro Dias cita reportagem sobre verbas de publicidade estatal

Proposta aumenta rigor contra irregularidade em obra pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje um projeto que estabelece normas gerais ligadas à licitação, à contratação, ao controle e ao recebimento de obras públicas.

A proposta (PLS 56/12), de

Pedro Taques (PDT-MT), também define a responsabilidade dos gestores públicos e das empresas.

“O projeto estabelece tipificação legal clara para uma série de práticas irregulares que atualmente vicejam na

execução de contratos de obras públicas, prescrevendo procedimentos preventivos e criando o marco legal para compreensão de seu significado, vedação da conduta e eventual apenação de violações observadas”, explica.

O parlamentar argumenta que o projeto preenche lacunas da Lei de Licitações, de 1993. As regras se destinam à União, aos estados, aos municípios, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

O relator, Tomás Correia (PMDB-RO), vai apresentar voto favorável.

Aprovada na CAE, a proposta irá para as Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conciliação na Justiça: todos saem ganhando

Termina amanhã a semana de mutirão nacional que busca promover acordos nos tribunais, mas os trabalhos para evitar acúmulo de processos continuam durante o ano inteiro, em todo o país

Marcio Maturana

A JUSTIÇA BRASILEIRA é lenta? Sim, respondem os próprios magistrados. Afinal, há 90 milhões de processos tramitando e a cada ano somam-se a eles outros 26 milhões. Por isso, o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) promove anualmente a Semana Nacional de Conciliação: para não precisar esperar sentença, tentam-se acordos nos tribunais. O mutirão deste ano termina amanhã, com expectativa de superar as 349 mil audiências realizadas no esforço concentrado do ano passado, apesar da paralisação de dois dias que juízes promoveram semana passada reivindicando reajustes salariais. Em 2011, a semana obteve 168 mil acordos no valor de R\$ 1,07 bilhão. Não por acaso, o tema da campanha é “Quem concilia sempre sai ganhando”.

— Qualquer conflito pode ser resolvido assim. Os mais recorrentes na semana nacional são voltados para consumidor: banco, telefonia, planos de saúde — disse o coordenador do Comitê Gestor da Conciliação do CNJ, José Roberto Neves Amorim.

Na abertura oficial da semana, dia 8, o ministro Carlos Ayres Britto — presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal — homologou acordo entre o banco Bradesco e um cliente, o analista de sistemas Henrique Lima, que conseguiu reduzir a dívida de R\$ 36 mil para R\$ 24 mil, com 48 meses para pagar.

— Apenas com o banco, eu não teria conseguido essas condições de pagamento —



Neves Amorim (D) visita audiências realizadas durante a Semana Nacional de Conciliação, no Fórum de Brasília: “Qualquer conflito pode ser resolvido dessa forma”

comemorou Henrique Lima.

Além da conciliação, que acontece quando uma terceira pessoa, no tribunal, sugere uma solução para o conflito, existem na Justiça outros dois mecanismos alternativos à sentença. Um é a mediação, quando a terceira pessoa ajuda no encontro da solução, em vez de sugerir. Outro é a negociação, na qual o conflito é resolvido diretamente pelos envolvidos, cada um abrindo mão de alguma reivindicação.

Neves Amorim explica que os cofres públicos também saem ganhando com a conciliação.

— Cerca de 60% das ações judiciais no Brasil equivalem a causas de R\$ 1 mil ou no máximo R\$ 1.500. Como o trâmite de cada uma custa em média R\$ 1.300, não interessa ao Estado, financeiramente, levar adiante esses processos — disse.

Para consolidar a conciliação como opção eficaz e rápida, no dia 8 foi lançada também a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), criada em parceria

do CNJ com o Ministério da Justiça. A intenção é até 2014 capacitar 21 mil pessoas (estudantes de Direito, professores e agentes de mediação comunitária), que poderão fazer conciliações e mediações no Judiciário. A parte teórica das aulas será feita a distância, e a prática será com estágio supervisionado em tribunais.

Em julho, o Ministério da Justiça assinou acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para investir 4 milhões de dólares em ações que visam aumentar o acesso do brasileiro à Justiça. Entre as iniciativas previstas, além da criação da Enam, está o aumento do número de fóruns alternativos para resolução de conflitos, como os núcleos estaduais de Justiça comunitária. Como alguns procedimentos formais da Justiça são flexibilizados, os problemas podem ser solucionados em poucas semanas ou até com uma única audiência.

Não é preciso esperar a primeira turma de formandos da Enam nem a Semana Nacional de Conciliação do ano que vem para evitar a demora de uma sentença. A Resolução 125 do CNJ estabelece que a intenção de conciliar pode ser manifestada nos núcleos de conciliação dos tribunais (veja endereços no quadro à esquerda) ou nos setores indicados pelos tribunais.

Processos que já correm na Justiça precisam de conciliações processuais, mas incentiva-se principalmente a conciliação informal (ou pré-processual), quando o conflito é solucionado com auxílio de juízes ou conciliadores antes mesmo de o processo ser instaurado, evitando novas ações.

Congresso renova códigos para dar mais agilidade aos tribunais

Desafogar o Judiciário é também objetivo de projetos de lei que tramitam no Congresso ou que recentemente foram aprovados. A reforma do Código de Processo Civil, que pode ser votada hoje na Câmara (PL 8.046/10) e foi aprovada pelo Senado em 2010 (PLS 166/10), prevê a criação de um sistema de acordos prévios nos tribunais. E tenta conter demandas repetitivas, permitindo que uma decisão valha para outros casos.

— Esse projeto é uma grande contribuição do Senado para desafogar o Judiciário e precisa ser confirmado pela Câmara, para termos uma Justiça mais ágil e moderna — disse Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O senador afirma que no Código Penal, cuja reforma também está sendo analisada pelo Congresso, uma comissão de especialistas detectou cerca de 120 leis agregadas que às vezes se contradizem.

— Isso faz pendências ficarem se acumulando nos tribunais — afirmou Eunício.

O Congresso também pretende atualizar o Código de Defesa do Consumidor. Em março, começaram a tramitar no Senado projetos sobre comércio eletrônico (PLS 281/12), superendividamento (PLS 283/12) e ações coletivas (PLS 282/12). Este último visa dar agilidade e prioridade para o julgamento.

Há ainda a reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/09), em vigor há mais de

70 anos. Neste caso, uma das propostas que podem desafogar o Judiciário é o fim da participação dos juízes na tramitação do inquérito policial. Essa fase ficaria sob responsabilidade de autoridade policial e do Ministério Público, como é feito em vários países.

Neves Amorim, do CNJ, concorda que esses projetos podem contribuir muito para agilizar processos, mas adverte que eles não impedem o excesso de novas ações.

— Temos que fazer uma mudança cultural, mostrar às pessoas que elas podem resolver com conciliação.

Reforma do Código de Processo Civil, que deve ser votada hoje na Câmara, valoriza acordos

Escola Nacional de Conciliação, lançada dia 8, deve capacitar 21 mil pessoas até 2014

Perto de você

Endereços dos núcleos de conciliação em todo o Brasil, que funcionam o ano inteiro, podem ser conferidos pela internet por quem deseja evitar a espera pela sentença

Federal

Para causas não criminais (em que a União, autarquias ou empresas públicas forem parte no processo) e criminais (crimes políticos; contra bens, serviços ou interesses da União, de autarquias ou de empresas públicas):

<http://bit.ly/nucleoFederal>

Trabalho

Para causas trabalhistas:

<http://bit.ly/nucleoTrabalho>

Estadual

Para as demais ações, exceto as de competência da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar:

<http://bit.ly/nucleoEstadual>

Saiba mais

Vídeo sobre a Semana Nacional de Conciliação:
<http://bit.ly/videoSNC>

Resultados da Semana Nacional de Conciliação em 2011:
<http://bit.ly/SNC2011>

Projeto Movimento pela Conciliação:
<http://bit.ly/movimentoConciliacao>

Manual do Conciliador (TJ-AM 2007):
<http://bit.ly/manualConciliador>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Ano II — Nº 15
Brasília, outubro/novembro de 2012

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Número de vereadores cresce, na eleição mais disputada da história

Esta edição do **Interlegis Brasil** é diferente. Traz um amplo levantamento, feito pela equipe do programa e sob a coordenação do diretor Haroldo Tajra, sobre os números das eleições 2012 para as câmaras municipais.

Dados, tabelas e textos proporcionam diversas

leituras. Mas o que se destaca, de saída, é o aumento no total de vereadores, nas eleições mais disputadas para o Legislativo municipal na história do país.

A análise tem grande utilidade para os eleitos, os dirigentes partidários e demais interessados. E, no próximo número, ainda se dará prio-

ridade aos resultados da eleição e aos desafios que aguardam os novos legisladores.

Afinal, é tarefa do Interlegis fazer o que estiver ao seu alcance para ajudar as câmaras na busca de eficiência, integração, transparência e modernização.

Boa leitura.



País terá 5.439 vereadores a mais em 2013

Análise mostra que eleição de 2012 foi a mais disputada da história para as câmaras municipais, com 7,2 candidatos por vaga

Encerradas as eleições, o primeiro destaque no panorama das câmaras municipais foi o aumento de 10,5% no número de integrantes. Em 2012, foram eleitos 57.420 vereadores contra 51.981 em 2008. Com a posse em 1º de janeiro, o Poder Legislativo passará ter 59.073 parlamentares, incluindo Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras das cidades (veja quadro 1).

Dois motivos explicam a abertura de 5.439 novas vagas de vereadores. O primeiro é a criação de cinco municípios, que elevam para 5.568 o número de cidades no país. Paraíso das Águas (MS), Mojuí dos Campos (PA), Pinto Bandeira (RS), Pescaria Brava e Balneário Rincão, esses dois em Santa Catarina, terão 9 parlamentares cada um.

A segunda e principal razão decorre da decisão de aproximadamente 30% das câmaras (1.697 municípios) de aumentar o número de vereadores. Em sentido contrário, apenas Maracás (BA) e Conchal (SP) extinguíram duas vagas cada um.

Entre os municípios que aumentaram o número de vereadores, destaca-se São Luís. Dez novas vagas foram criadas na câmara da capital maranhense, que contará 31 parlamentares.

Apesar do aumento no país, 2013 não será o ano em que se observará o maior número de vereadores. Nas eleições de 2000, foram eleitos 60.317.

Concorrência

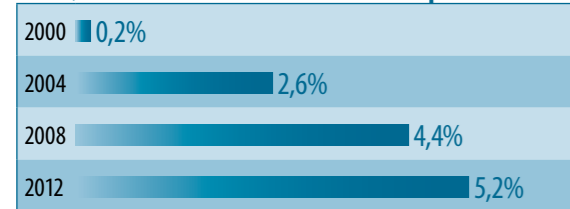
As eleições deste ano tiveram a maior concorrência já vista. Houve um número recorde de 450.697 candidaturas inscritas, aproximadamente 99 mil a mais do que o total observado em 2008, representando um salto de 28%.

O município com maior número de candidatos inscritos foi o Rio, com 1.717 disputando 51 vagas. No outro extremo, Curral Velho e São Domingos de Pombal, ambos da Paraíba, registraram, cada um, 11 candidatos para 9 vagas.

► QUADRO 1: Total de parlamentares no Brasil

Vereadores	57.420
Deputados estaduais e distritais	1.059
Deputados federais e senadores	594
TOTAL	59.073

► QUADRO 2: Candidaturas indeferidas para vereador



► QUADRO 3: Candidatos por vaga para vereador



► QUADRO 5: Votação por partidos para vereador

PARTIDO	VOTOS NOMINAIS	VOTOS LEGENDA	TOTAL	%
PMDB	10.014.506	1.109.790	11.124.296	10,5%
PT	9.490.405	1.488.957	10.979.362	10,4%
PSDB	7.824.539	1.195.548	9.020.087	8,5%
PP	6.156.786	561.434	6.718.220	6,3%
PSB	5.984.463	512.508	6.496.971	6,1%
PDT	5.736.717	629.175	6.365.892	6,0%
PSD	5.781.383	368.901	6.150.284	5,8%
PTB	5.162.944	328.375	5.491.319	5,2%
PR	4.763.857	334.316	5.098.173	4,8%
DEM	4.339.555	362.165	4.701.720	4,4%
<i>Subtotal</i>	<i>65.255.155</i>	<i>6.891.169</i>	<i>72.146.324</i>	<i>68,2%</i>
<i>Outros</i>	<i>31.761.784</i>	<i>1.896.450</i>	<i>33.658.234</i>	<i>31,8%</i>
TOTAL	97.016.939	8.787.619	105.804.558	100%



Com 5 mil habitantes, Paraíso das Águas (MS) teve primeira eleição em 2012, quando foram eleitos nove vereadores

Houve também elevado número de candidaturas indeferidas, tendência iniciada em 2004. Foram 23.224, ou 5,2% do total de inscritos (quadro 2).

Descontados os indeferimentos e outras candidaturas que não tiveram sucesso, houve 413.785 candidatos disputando 57.420 vagas, numa relação de 7,2 por cadeira (quadro 3), a maior já observada. Isso significa que essas foram as eleições para vereador mais disputadas na história do país. A concorrência aumentou 14,3% comparada a 2008, quando o índice ficou em 6,3 candidatos por vaga.

O aumento em 2012 inverte tendência de baixa observada em 2008, quando houve uma queda de 5% em relação às eleições de 2004.

Partidos

A identificação precisa das razões para o aumento da concorrência extrapola os objetivos da análise feita pelo Interlegis. Porém, as explicações estão relacionadas ao número de partidos que disputaram

as eleições. Em 2012, duas novas siglas entraram na disputa, totalizando 29 no país: PPL (Partido Pátria Livre) e PSD (Partido Social Democrático).

Os partidos também fortaleceram suas estruturas nas eleições para as câmaras municipais. De maneira geral, aumentou o número de candidatos de cada sigla e o total de cidades nas quais cada partido apresentou postulantes (quadro 4).

Apenas o DEM (Democratas), o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCO (Partido da Causa Operária) apresentaram menos candidatos em 2012. E somente o DEM, o PCB, o PCO, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PPS (Partido Popular Socialista), o PR (Partido da República), o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) apresentaram candidatos a vereador em uma quantidade menor de cidades.

Considerando o número de candidatos ou o de municípios disputados, os dez maiores partidos nas

► QUADRO 4: Número de candidatos e de cidades disputadas pelos partidos na eleição para vereador

PARTIDOS	QUANTIDADE DE CANDIDATOS	QUANTIDADE DE CIDADES DISPUTADAS
DEM Democratas	20.417 ↓	3.860 ↓
PC do B Partido Comunista do Brasil	11.956 ↑	2.276 ↑
PCB Partido Comunista Brasileiro	361 ↓	80 ↓
PCO Partido da Causa Operária	7 ↓	4 ↓
PDT Partido Democrático Trabalhista	24.509 ↑	4.042 ↑
PHS Partido Humanista da Solidariedade	7.683 ↑	1.463 ↑
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro	40.060 ↑	5.192 ↓
PMN Partido da Mobilização Nacional	6.967 ↑	1.399 ↑
PP Partido Progressista	27.042 ↑	4.443 ↑
PPL Partido Pátria Livre	1.846 —	558 —
PPS Partido Popular Socialista	16.280 ↑	2.989 ↓
PR Partido da República	20.245 ↑	3.647 ↓
PRB Partido Republicano Brasileiro	12.413 ↑	2.504 ↑
PRP Partido Republicano Progressista	7.430 ↑	1.450 ↑
PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	5.834 ↑	1.212 ↑
PSB Partido Socialista Brasileiro	23.603 ↑	3.942 ↑
PSC Partido Social Cristão	14.895 ↑	2.734 ↑
PSD Partido Social Democrático	21.341 —	4.000 —
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira	31.684 ↑	4.631 ↓
PSDC Partido Social Democrata Cristão	6.764 ↑	1.242 ↑
PSL Partido Social Liberal	9.236 ↑	1.830 ↑
PSOL Partido Socialismo e Liberdade	3.919 ↑	512 ↑
PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	212 ↑	79 ↑
PT Partido dos Trabalhadores	38.246 ↑	5.109 ↑
PT do B Partido Trabalhista do Brasil	7.047 ↑	1.406 ↑
PTB Partido Trabalhista Brasileiro	23.018 ↑	4.043 ↓
PTC Partido Trabalhista Cristão	7.018 ↑	1.370 ↑
PTN Partido Trabalhista Nacional	6.694 ↑	1.311 ↑
PV Partido Verde	17.058 ↑	2.863 ↑

As setas indicam aumento ou diminuição na comparação com 2008

eleições a vereador em 2012 foram, em ordem alfabética, DEM, PDT, PMDB, PP, PR, PSB, PSD, PSDB, PT e PTB. Dependendo do critério adotado, há uma pequena alteração na ordem entre eles.

Votação

Segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 26 de outubro, às 18h, os dez maiores partidos receberam juntos aproximadamente 65,3 milhões de votos. O número inclui votos nominiais aos candidatos ou diretamente para as siglas, os chamados votos de legenda.

A votação dos dez maiores partidos representou 68,2% dos votos válidos para vereador e foi responsável pela conquista de 78,9% das vagas em disputa, correspondendo a 45.282 vereadores (quadros 5 e 6).

O PMDB foi o partido que obteve a maior votação e elegeu o maior número de vereadores. O PT alcançou a segunda maior votação, embora tenha conquistado menos vagas que o PSDB.

Além disso, ainda que o PMDB seja o partido com maior votação total, o PT foi a sigla mais votada considerando apenas os votos de legenda.

Eleitos

Quanto ao perfil dos vereadores eleitos, levando em conta faixa etária, sexo e grau de instrução, notam-se poucas mudanças nessas eleições. No caso da faixa etária, a grande maioria tem entre 40 e 50 anos (quadro 7). Esse fato é uma constante que se mantém nos últimos pleitos.

Na análise por sexo, as variações são poucas. O percentual de mulheres eleitas tem aumentado, mas de forma tímida, passando de 11,59% em 2000 para 13,34% em 2012 (quadro 8).

Já o número de vereadores eleitos com curso superior mostra uma nítida tendência crescente. Entretanto, o total de parlamentares com baixa escolaridade ainda é muito alto (quadro 9).

► QUADRO 6: Vereadores eleitos por partido

PARTIDO	VEREADORES	%
PMDB	7.964	13,9%
PSDB	5.256	9,2%
PT	5.189	9,0%
PP	4.933	8,6%
PSD	4.669	8,1%
PDT	3.663	6,4%
PTB	3.575	6,2%
PSB	3.560	6,2%
DEM	3.282	5,7%
PR	3.191	5,6%
<i>Subtotal</i>	<i>45.282</i>	<i>78,9%</i>
<i>Outros</i>	<i>12.138</i>	<i>21,1%</i>
TOTAL	57.420	100,0%

► QUADRO 7: Perfil dos eleitos — faixa etária

	2000	2004	2008	2012
Menos de 30 anos	8,38%	8,66%	8,82%	8,23%
Entre 30 e 40 anos	34,45%	31,41%	28,45%	27,90%
Entre 40 e 50 anos	36,29%	37,26%	37,94%	36,26%
Entre 50 e 60 anos	16,15%	17,63%	19,36%	21,35%
Mais de 60 anos	4,73%	5,01%	5,43%	6,26%

► QUADRO 8: Perfil dos eleitos — sexo

	2000	2004	2008	2012
Feminino	11,59%	12,63%	12,53%	13,34%
Masculino	88,38%	87,35%	87,47%	86,66%

► QUADRO 9: Perfil dos eleitos — grau de instrução

		%
Analfabeto	4	0,01%
Lê e escreve	1.296	2,26%
Ensino Fundamental incompleto	9.030	15,73%
Ensino Fundamental completo	7.904	13,77%
Ensino Médio incompleto	2.454	4,27%
Ensino Médio completo	20.424	35,57%
Superior incompleto	2.691	4,69%
Superior completo	13.617	23,71%
TOTAL GERAL	57.420	100%

Senadores comentam resultados e apontam desafios

Senadores da oposição e do governo também analisaram os resultados das eleições de outubro para o Interlegis Brasil e apontaram os desafios que esperam os eleitos.

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), disse que é visível o desencanto da população. Ele lembrou os quase 10% de votos brancos e nulos e os quase 20% de abstenção.

Alvaro considera que os resultados mostram uma reação contrária ao “modelo político superado, retrógrado, fisiológico, que não é compatível com as aspirações da sociedade e que foi transplantado do Poder federal para administrações e Legislativos municipais”.

Em consequência, para ele, as urnas apontaram o maior desafio que os vereadores vão enfrentar:

—Destruir esse sistema promíscuo que exige a instalação de um balcão de negócios para governar, como se fosse impossível governar sem ele.

Em sua opinião, houve “uma manifestação contundente de desencanto, num sistema de voto obrigatório” cuja existência também deve ser objeto de reflexão.

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que houve avanço com a implantação da Lei da Ficha Limpa.

— Antes prevalecia a impunidade, e a Ficha Limpa reduz o número de



Alvaro: desencanto do eleitor



Wellington: avanços na lei



Ana Amélia: responsabilidade



Rollemberg: resgatar a política



Clésio: custo de eleição caiu



Agripino: o DEM cresce

políticos que apostam na prática criminoso — disse.

Segundo o senador, é importante lembrar que houve um crescimento da participação social nos últimos anos e o legislador deve ter uma equipe preparada para lidar com as necessidades dos cidadãos.

— O grande desafio é a fiscalização e a decisão das prioridades do município — disse.

Para Ana Amélia (PP-RS), a Justiça teve mais trabalho com a primeira eleição ficha-limpa,

“mas a democracia ganhou”.

No entanto, ressaltou, será necessária mais agilidade da Justiça para que o eleitor não vote em quem não poderá assumir.

A senadora cobrou dos novos vereadores responsabilidade para que tenham bom desempenho e correção nas atitudes.

E lembrou como desafio a dificuldade dos municípios para fechar as contas.

Pelo PSB, falando em Plenário, o senador Rodrigo Rollemberg (DF)

desejou que os eleitos estejam à altura da confiança da população.

— Nós, políticos, temos um grande desafio que é o de resgatar a imagem da política como instrumento essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas — afirmou.

O presidente do Democratas (DEM), senador José Agripino (RN), também preferiu fazer uma análise do ponto de vista partidário.

— O Democratas cresceu. Foi objeto de ataque do governo e resistiu.

Tínhamos um eleitorado de 4,8 milhões de eleitores, e agora temos 6,9 milhões, mesmo com menos prefeituras. E temos Salvador, a terceira maior cidade do Brasil — avaliou.

O parlamentar lembrou

Do mais velho à mais jovem, honestidade é compromisso

Antônio Ferreira da Silva, o “Seu Bindá”, da cidade de Cedro (CE), tem 93 anos e está deixando a política por problemas de saúde depois de ter acumulado cinco mandatos de vereador. Gislaíne Ziliotto, de Ipê (RS), só fará 18 anos no dia da posse em seu primeiro mandato na câmara municipal de seu município. Dois extremos unidos por um compromisso comum: a honestidade.

Seu Bindá garante que, mesmo se afastando da vida pública, ajudou a eleger pelo menos um vereador na eleição deste ano. Indagado pelo Interlegis Brasil sobre o que poderia passar de sua experiência para os novatos, eleitos em outubro, ele disse, com simplicidade, que não tem uma fórmula.

— Mas acho que o fato de me relacionar bem, ser uma

peessoa independente, simples, ajudar as pessoas, ser honesto e sincero me ajudou a fazer um bom mandato — afirmou, destacando em seguida que, entre essas virtudes, honestidade é a mais importante.

Antes de tentar a política, Seu Bindá era agricultor, mas não tinha porte físico para trabalhar no campo. Por isso, decidiu ir para a cidade e, com o bom relacionamento que tinha com todos, resolveu se candidatar.

O caminho de Gislaíne foi diferente. Ela convive com a política “desde novinha” e treinava discursos quando pequena. Na campanha, ouviu pessoas perguntarem o que uma menina da sua idade, que deveria estar brincando de boneca, queria com a política.



Bindá: 93 anos e 5 mandatos



Gislaíne: 18 anos só na posse

Gislaíne se entusiasmou com a maratona das eleições. Às vezes, ficava até sem comer para pedir votos

e ainda ir à escola. Mas a “esperança que as pessoas depositavam na gente” deu mais vontade de ganhar.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra

Diretor adjunto: Mariângela Casção

Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Ezequiel Biondo

Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas

Editora: Letícia Borges

Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado

Estagiários de jornalismo: Camila Ferreira, Dayane Oliveira, Letícia Pires e Wellida Resende

Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Maurício Mansur e Ronaldo Alves

Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: Câmaras municipais

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

Curtas

► Oficina no Ceará

A Assembleia Legislativa do Ceará, em parceria com o Programa Interlegis, realizou em setembro oficina sobre regimento interno e lei orgânica. De acordo com o diretor operacional da AL, Joscely Tabosa, o objetivo foi fazer um estudo destinado à revisão desses instrumentos para a câmara da capital e para outras da região. “Uma equipe do Senado tem percorrido muitas cidades brasileiras e agora foi nossa vez”, disse.

► De olho na urna

O sucesso do caso brasileiro de votação por meio de urnas eletrônicas foi tema de interesse de parlamentares de diversos países reunidos na cidade de Vera Cruz, no México, para a primeira reunião da Conferência Permanente de Congressos Locais (Copecol). O presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), deputado estadual Joares Ponticelli, respondeu a muitas perguntas dos colegas e se prontificou a intermediar audiências com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia.

► Encontro na Bahia

Salvador sediou em outubro o 4º Encontro Nacional de Arquivos Legislativos e o 5º Congresso Nacional de Arquivologia, que discutiram as novas vertentes do setor, com debates sobre as tendências que envolvem a documentação e o seu uso da internet. Servidores do Senado e especialistas do Interlegis participaram com palestras e anunciaram a realização de oficinas de arquivos para as câmaras municipais em 2013.

► Prodasen 40 anos

Em comemoração ao 40º aniversário da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), foi realizada em 19 de outubro a cerimônia de abertura da exposição Prodasen — 40 anos de tecnologia a serviço do Poder Legislativo, que teve como objetivo mostrar as soluções de tecnologia da informação incorporadas ao Senado pelo Prodasen ao longo de sua história. Para isso, foram reunidos materiais que demonstram diversos sistemas e serviços adotados pela secretaria, visíveis em uma linha do tempo.

Órgãos do Legislativo adotam a extensão .leg na internet

Iniciativa conjunta do Senado, da Câmara dos Deputados e do TCU, mudança será gradual e alcançará assembleias legislativas e câmaras municipais

Todos os órgãos do Poder Legislativo passarão, a partir de agora, a utilizar a extensão .leg.br na internet. O lançamento oficial foi feito em 17 de outubro pelos dirigentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). A migração deve se dar gradualmente e vai alcançar assembleias legislativas e câmaras municipais.

O projeto foi desenvolvido pelo Interlegis, diante da reflexão sobre a necessidade de conferir identidade e facilitar o reconhecimento dos órgãos relacionados ao Legislativo.

— A mudança é simbólica, mas muito importante. A sociedade vai reconhecer melhor as instituições e identificar que somos o Poder Legislativo, que materializa a democracia —

disse o diretor do Interlegis, Haroldo Tajra.

O secretário-geral da presidência do TCU, Sandro Grangeiro Leite, lembrou que o Judiciário foi o primeiro a se descolar do governo, ao mudar a extensão .gov para .jus.

— Agora é a nossa vez. Vamos distinguir os órgãos do Legislativo, aproximar os entes federativos e agregar transparência — afirmou.

No caso do TCU, ele acrescentou que a mudança vai dirimir a dúvida se o órgão é ligado ao Legislativo ou ao Judiciário.

O diretor-geral da Câmara, Rogério Ventura, destacou que a decisão foi adotada de forma conjunta pelas três Casas.

— O Interlegis está cumprindo seu papel de integrar o Legislativo, que precisa ser reconhecido

como um Poder autônomo e independente — disse.

Todos ressaltaram o papel da diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, na mudança. Ela lembrou a importância de mostrar à população que as três Casas fazem parte de um todo.

O diretor de Tecnologia da Informação do Interlegis, Ricardo Ramos, cuja equipe propôs a iniciativa, disse que todo o Legislativo vai ganhar, sobretudo as câmaras menores, que te-

rão acesso livre e gratuito ao sistema.

A mudança será gradual: os internautas que acessarem os portais do Legislativo com a extensão .gov serão automaticamente redirecionados ao endereço com o final .leg.br.

A primeira assembleia a migrar foi a do Amapá, e a primeira câmara municipal, a de Catanduva (SP). Uma campanha publicitária foi lançada para esclarecer a população.

Portal Interlegis de cara nova

Quase ao mesmo tempo da adoção, por todo o Legislativo, da nova extensão para a internet, o Interlegis lançou seu novo portal. Mais bonito, mais acessível e com

mais informações, ele ainda está em fase de implantação, passando por alguns ajustes. Em breve, novas seções e outras funcionalidades estarão no ar.



Mais do que uma errata, esta é uma homenagem às dezenas de profissionais da área de TI de diversas Casas Legislativas que se reuniram em Brasília no mês de agosto. Na edição passada, o Interlegis Brasil publicou a foto do encontro de 2011.

Sugestões de jovens senadores viram projetos de lei

O Projeto Jovem Senador 2012 está marcado para novembro. Algumas das sugestões dos participantes de anos anteriores já viraram propostas em tramitação no Senado.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou sete

sugestões dos estudantes, das quais seis viraram projetos de lei e uma, proposta de emenda à Constituição.

Desde julho, tramita proposta de Thalyta de Sousa Nascimento, de Roraima, que trata sobre laboratórios de informática e ciências em escolas públicas.

Quase todas as outras proposições abordam temas relacionados à educação.

O Projeto Jovem Senador seleciona 27 estudantes — um por estado mais o Distrito Federal — para conhecerem o Senado e simularem a experiência de exercer um mandato no Legislativo.

A escolha é feita por meio do concurso de redação do Senado. Neste ano, os três primeiros lugares vêm de Junqueiro (AL), Bom Despacho (MG) e Monseñor Hipólito (PI). O Projeto Jovem Senador e o concurso de redação integram o Programa Senado Jovem Brasileiro.

Interlegis apoia Avevi no treinamento de vereadores

A Associação de Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu (Avevi), em Santa Catarina, com apoio do Interlegis e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), encarregou-se de capacitar os novos vereadores da região. Os trabalhos estavam marcados para 7 de novembro, na sede da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu.

O diretor pedagógico da Escola do Legislativo da Avevi, Francisco Schork, destacou que a ideia era concentrar o treinamento em um só dia e tratar de temas fundamentais para o bom exercício do mandato.

Foram definidos três assuntos: “Cerimonial no ambiente legislativo”, “A importância da lei orgânica e do regimento interno” e “Peças orçamentárias”.

Até dezembro, 25 cursos para 2.500 alunos

O mês de outubro marcou o início da última etapa dos cursos a distância promovidos pelo serviço de capacitação do Interlegis em 2012. Até 2 de dezembro, 25 cursos estão sendo ministrados para 2.500 alunos. De informática a cerimonial, passando por ouvidoria e redação, os cursos abordam diversos temas e chegam a servidores de Casas Legislativas de todo o país, que vão se juntar a milhares de outros que já participaram de capacitação durante o ano.

O segundo semestre de 2012 tem sido de intensa atividade na área de formação e capacitação do Interlegis, por meio de cursos a distância ou presenciais. Foram promovidos treinamentos em jornalismo legislativo, implantação de portal-modelo, gerência de cursos de ensino a distância e atendimento ao público, entre outros.

Em parceria com a Câmara Municipal de Jundiá (SP), por exemplo, foi promovido o curso Processo Legislativo Municipal. O objetivo do curso é capacitar parlamentares e servidores para a adoção de normas e procedimentos institucionais aplicados ao Legislativo.